

LASA2015

precariedades • exclusiones • emergencias

SAN JUAN, PUERTO RICO / MAY 27 - 30, 2015



LATIN AMERICAN
STUDIES ASSOCIATION

Panel

Diversificación de los mercados de trabajo rurales en América Latina

Coord.: Hubert C. de Grammont

Ponência:

Os limites da pluriatividade: organização da produção, do trabalho e dos rendimentos em pequenas propriedades agrícolas de pequenas cidades (SP/Brazil)

Autora

Beatriz Medeiros de Melo – UFSCar/SP/Brazil

* Prepared for delivery at the 2015 Congress of the Latin American Studies Association, San Juan, Puerto Rico, May 27 - 30, 2015



RESUMO: Os limites da pluriatividade: organização da produção, do trabalho e dos rendimentos em pequenas propriedades agrícolas de pequenas cidades (SP/Brazil).

A partir de finais dos anos 90, inicia-se um debate assaz polêmico sobre os sentidos e os limites de um fenômeno que adquire expressão nos pequenos estabelecimentos rurais dinamizados à base de mão-de-obra familiar: a prática da pluriatividade. Tal fenômeno pode ser compreendido como desdobramento do contexto econômico contemporâneo de aumento dos índices de urbanização e de vigência de um modelo de acumulação flexível que impulsiona a desconcentração industrial e o crescimento do setor de comércio e serviços, aproximando os espaços rurais e urbanos. Neste contexto, o maior acesso de pequenos agricultores às possibilidades de diversificação de ingressos, entre atividades agrícolas e não-agrícolas, passa a ser percebido como o principal responsável pela diminuição relativa da pobreza no campo. Tais constatações inspiram políticas de desenvolvimento territorial, marcadas pelos princípios da sustentabilidade, da integração local entre diferentes setores da economia e da descentralização do poder. Todavia, a partir da observação das estratégias de reprodução de um grupo de pequenos agricultores familiares, os *sitiantes* da microrregião de Jales, localizada no extremo noroeste do Estado de São Paulo, constatamos limites evidentes no acesso às possibilidades de diversificação dos rendimentos e na desconcentração do poder econômico do setor agroexportador.

RESÚMEN: Los límites de la pluriactividad: organización de la producción, del trabajo y de los ingresos en las pequeñas propiedades agrícolas de pequeñas ciudades (SP / Brasil)

Desde finales de los 90, se inició un debate bastante polémico alrededor de los significados y los límites de un fenómeno que adquiere expresión en los pequeños establecimientos rurales organizados sobre la base de la mano de obra familiar: la práctica de la pluriactividad. Este fenómeno puede ser entendido como un resultado del contexto económico contemporáneo de crecimiento de las tasas de urbanización y el vigor de un modelo de acumulación flexible que impulsa la descentralización industrial y el crecimiento del sector de comercio y servicios, haciendo acercarse los espacios rurales y urbanos. En este contexto, se percibe el mayor acceso de los pequeños agricultores a las posibilidades de diversificación de ingresos, entre las actividades agrícolas y no agrícolas, como el principal responsable de la disminución relativa de la pobreza en el campo. Tales hallazgos inspiran las políticas de desarrollo territorial, marcadas por los principios de la sostenibilidad, la integración local entre los diferentes sectores de la economía y la descentralización del poder. Sin embargo, a partir de la observación de las estrategias reproductivas de un grupo de pequeños agricultores familiares, los *sitiantes* de la micro-región de Jales, ubicada en el extremo noroeste del Estado de São Paulo, encontramos límites claros sobre el acceso a las oportunidades de diversificación de ingresos y la descentralización del poder económico del sector agrícola de exportación.



INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, investigadores e poder público vêm se debruçando sobre um debate assaz polêmico acerca dos mecanismos de reprodução da pobreza no campo. Tal debate tem resultado em um conjunto significativo de reflexões teóricas e desenhos de políticas públicas que sustentaram, nesse período, a defesa da (I) constituição de estratégias de desenvolvimento territorial multissetorial e descentralizado, (II) e a expansão das políticas de renda mínima e de incremento de rendimentos via pluriatividade para famílias residentes no meio rural. Cabe assinalar, ainda, que a defesa das condições de reprodução da *agricultura familiar*¹ deram-se num contexto de ampliação das preocupações com as pesadas consequências ambientais do modelo de modernização conservadora praticado desde a Revolução Verde. Diminuir a pobreza no campo incentivando a permanência nos espaços rurais seria, a um só tempo, a solução para a diminuição da concentração de renda e dos efeitos deletérios do modelo de desenvolvimento apregoado até então.

Dados os limites do debate possível para este artigo, nos limitaremos a contribuir com uma reflexão crítica a respeito de um debate que tem nucleado tantas das preocupações em torno da diminuição da pobreza no campo: a prática da pluriatividade e seus limites. Para tanto, partiremos, sobretudo, de resultados da tese de doutoramento concluída pela autora deste artigo no ano de 2012, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, intitulada “História e memória na contramão da expansão canavieira: um estudo das formas de resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista”².

Naquela investigação, reconhecemos as estratégias de reprodução dos sitiantes da microrregião de Jales, localizada no extremo noroeste paulista (ver mapa abaixo), e o modo como a expansão recente da monocultura da cana-de-açúcar destinada à indústria afetou tal reprodução. Em 2009 instalou-se a primeira usina sucroalcooleira no território da microrregião que, todavia, apresenta estrutura fundiária das mais desconcentradas do Estado de São Paulo³. O volume de população rural e de população empregada no setor primário é significativo em relação ao Estado e também ao Brasil. A produção agropecuária (sobretudo de frutas e leite) na região é expressiva, sendo uma das mais importantes regiões do Estado produtora de algumas frutas “de mesa”, destinadas ao mercado interno, como a uva e a laranja, e importante bacia leiteira. No entanto, há uma

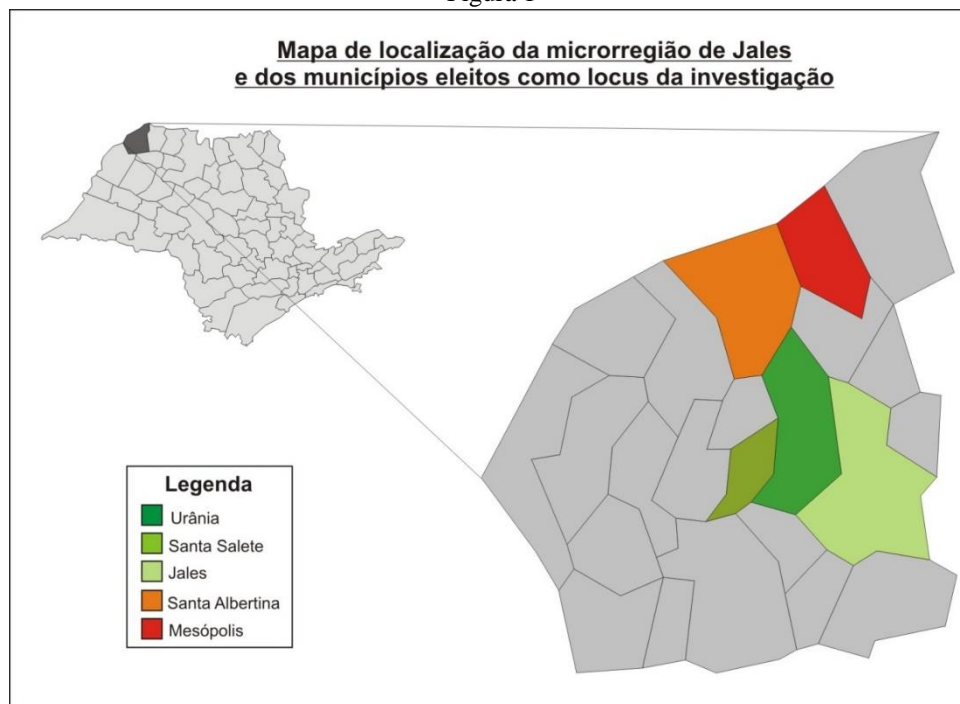
¹ Furtaremo-nos à discussão conceitual já vastamente tratada no campo dos Estudos Rurais sobre os sentidos do uso dos termos “agricultura familiar”, “campesinato”, “pequena agricultura”. Apontamos, tão somente, que o termo “agricultura familiar”, já utilizado desde finais dos anos 90 nos meios acadêmicos foi incorporado pelas políticas públicas a partir da promulgação da Lei 11.326 do ano de 2006 que estabelece as diretrizes para formulação de políticas públicas destinadas, então, à “agricultura familiar” e os “empreendimentos familiares rurais”.

² Este trabalho foi orientado pela Profa Livre-docente Maria Aparecida de Moraes Silva. A íntegra dele bem como de outras teses e dissertações produzidas pelo Grupo Terra, Trabalho, Memória e Migração podem ser acessados em: <http://www.trama.ufscar.br/teses-e-dissertacoes/>

³ Na MR de Jales, as propriedades de até 50 hectares ocupavam, em 2006, 31% da área ocupada por estabelecimentos rurais, e representavam 81% do número de propriedades rurais. Embora a microrregião de Jales apresente a 24ª maior extensão territorial total do Estado (com 392.890 hectares), é a 7ª microrregião com maior extensão relativa da área territorial rural (86% da área total).

nítida diferenciação entre municípios da região: naqueles onde a monocultura da cana mais tem se expandido (localizados ao redor de onde se encontra a única usina sucroalcooleira instalada no território da microrregião, marcados em tons de vermelho no mapa) predomina a produção de leite e lavoura temporária; naqueles onde a presença da cana é acanhada (marcados em tom de verde no mapa), predomina a produção de frutas e também de leite, e uma diversificação produtiva bastante mais intensa. Tal análise comparativa foi ferramenta eficaz para compreendermos alguns dos elementos que fragilizam/potencializam a reprodução social das famílias de sítiantes da região.

Figura 1



O cenário onde nossa reflexão se enraíza nos parece fértil de possibilidades para pensar os limites da prática da pluriatividade. O Estado de São Paulo apresenta o maior nível de industrialização do país (31,5%) e o maior Produto Interno Bruto (1,4 trilhão, 38% do PIB nacional) segundo dados dos Censos do IBGE para o ano de 2010. Por outro lado, como se sabe, é também espaço privilegiado de reprodução do agronegócio da cana-de-açúcar. Em seu território se produz cerca de 60% de todo o açúcar e etanol produzidos no país, que em seu conjunto, e ao lado dos Estados Unidos, concentra cerca de 80% da produção e comercialização do etanol no mundo e cerca de 40% das exportações mundiais do açúcar (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2013). Neste cenário de intenso desenvolvimento econômico, é de se supor que a pequena agricultura encontrasse plenas condições de ampliação de seus rendimentos tanto através do acesso ao emprego não-agrícola como do emprego no setor agrícola associado às agroindústrias.

E todavia a imagem veiculada sobre a economia do Estado concentre-se quase sempre na sobrevalorização de sua indústria e agroindústria, há uma presença significativa de pequenos agricultores nas bordas de seu território, mais ou menos integrados ao mercado. Os sítiantes da microrregião de Jales, no extremo noroeste



paulista, os assentados e pequenos agricultores do extremo sudoeste paulista (região de Presidente Prudente e arredores), as populações tradicionais (quilombolas, caçaras, indígenas) do extremo sul do Estado (Vale do Ribeira e arredores) e do litoral Norte, dentre outros pequenos agricultores familiares espalhados pelos rincões do interior do país, ocupam 86% das propriedades de menos de 100 hectares, que, por sua vez, representam apenas 23% da área total das terras agricultáveis no país, segundo dados do CENSO Agropecuário de 2006⁴.

A partir da problemática aqui enunciada, perguntamo-nos sobre as possibilidades reais de acesso à riqueza produzida no interior do Estado, e sobre as condições de reprodução da pequena agricultura neste contexto. A diversificação de rendimentos tem sido, de fato, a maior responsável pela diminuição da pobreza e fixação da população no campo paulista? As políticas de desenvolvimento territorial têm sido eficazes no sentido de ampliar o acesso à renda e, desse modo, diminuir significativamente a pobreza? O exemplo da microrregião de Jales questiona tais assertivas e apresenta importantes elementos a esse debate que, todavia, segue em construção.

I - As potencialidades enunciadas da pluriatividade.

A crise do sistema de produção fordista-fabril em finais da década de 70 e as sucessivas crises econômicas do século XX dão impulso a uma nova matriz de acumulação em todo o mundo, a “acumulação flexível”. Nos anos 90, essa nova lógica de acumulação impulsiona a desconcentração industrial, a ampliação do setor de comércio e serviços e a financeirização da economia. O livre trânsito de capitais pelos territórios, atravessando estados, países, continentes, se realiza na esteira de uma ampla liberalização da economia. O Estado de Bem-Estar Social, assim, dá lugar a era do “tatcherismo”, modelo político de liberalização da economia que passa a ser seguido amplamente também na América Latina (HARVEY, 1999; CASTELLS, 1999).

Em finais da década de 90 alguns efeitos dessas transformações econômicas para as zonas rurais são apontadas por uma investigação de amplo alcance, realizada em 11 Estados brasileiros sob coordenação de José Graziano da Silva, o Projeto Rurbano. Dos resultados das investigações levadas a cabo por esse grupo de pesquisadores, destacamos os argumentos que nos surgem como centrais:

I) A pluriatividade, entendida como a diversificação produtiva e de rendimentos, embora seja prática largamente associada a este grupo ao longo do tempo, e sobretudo desde a expansão das relações capitalistas de produção, amplia-se significativamente em função dos efeitos da desconcentração industrial, da queda dos preços dos produtos agrícolas e consequente pauperização de pequenos agricultores, e da modernização relativa da agricultura, que libera uma parte da mão-de-obra antes ocupada com as atividades agrícolas para a busca de trabalho na indústria de transformação, nas

⁴ A participação da pesquisadora no Grupo de Extensão Interinstitucional “Observatório de Conflitos Rurais no Estado de São Paulo”, fundado em 2013 através da colaboração de professores e pesquisadores de universidades do Sudeste do país (UNICAMP, UNESP, UFABC, UFRRJ, UFSCar) têm possibilitado um amplo reconhecimento da heterogeneidade da experiência de pequenos agricultores no interior do Estado.



agroindústrias, no comércio e serviços. Em 1998, as rendas não-agrícolas ultrapassavam o montante da renda gerada por membros de famílias residentes nas áreas rurais, tomando em consideração o conjunto do país. E as famílias pluriativas apresentavam uma renda média quase duplicada em relação à renda média das famílias exclusivamente agrícolas.

II) Observa-se uma reversão da tendência de queda do volume de população rural, que, todavia modesta, sugere uma transformação importante nos territórios rurais, tomando-se em conta o intenso êxodo rural percebido desde a metade do século XX. A explicação dada para este fenômeno envolve a consideração de: (a) a importância dos rendimentos não-agrícolas para as famílias residentes dos espaços rurais; (b) a importância da aposentadoria para parte significativa das famílias que vivem no campo, e aumento do número daquelas que passam a depender exclusivamente desta renda, aliada à produção de subsistência ou uma modesta produção para o mercado; (c) uma migração urbano-rural explicada pela busca dos espaços rurais próximos de núcleos urbanos como local de moradia (ou segunda moradia) por pessoas de classe média e alta a procura de distanciar-se dos pesadas consequências ambientais e sociais das aglomerações urbanas, e também por pessoas de classes populares a procura de imóveis a custos mais baixos⁵.

Os resultados do projeto Rurbano, influenciados pela consideração de uma tendência já observada na Europa, são reconhecidos em toda a América Latina e tem um efeito multiplicador, aquecendo o debate sobre a questão. Seus resultados e soluções propostas são considerados no âmbito do Programa Fome Zero, instituído por Luis Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato (2003), mas sobretudo quando o próprio José Graziano assume a coordenação do Programa, entre 2006 e 2011. O modelo de desenvolvimento setorial, em grande medida responsável pela concentração de renda e pela degradação ambiental, passa a ser questionado e são desenhadas políticas de desenvolvimento territorial. Cria-se a Secretaria de Desenvolvimento Territorial no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário e as políticas de cunho territorial são adotadas por outros Ministérios e também no âmbito dos Governos Estaduais. Tais políticas esforçam-se por construir um contexto econômico e político favorável à transformação da lógica de organização do poder sobretudo nas localidades onde é significativa a presença de pequenos agricultores, criando espaços de decisão descentralizados, fortalecendo o princípio da autogestão, as identidades regionais, e práticas de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, ainda no âmbito do Programa Fome Zero, são criados mecanismos de distribuição de renda para a população do campo garantindo, por exemplo, um mercado de escoamento da produção para suprir parte da demanda por alimentos (equivalente ao mínimo de 30%) dos órgãos de assistência social e instituições de ensino públicos, com o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Através do princípio integrador que passa a orientar as políticas de desenvolvimento territorial, aliadas ao princípio distributivo do Programa Fome Zero, esperava-se alcançar uma significativa diminuição das desigualdades.

⁵ Tais questões foram anunciadas em diversos artigos publicados por este grupo de pesquisadores, entre eles: SILVA, 2001; SILVA, GROSSI, CAMPANHOLA, 2002; SILVA, BALSADI, BOLLIGER, BORIN, PARO, 1996.



Desde o anúncio das potencialidades da pluriatividade e da políticas de desenvolvimento territorial na redução da pobreza e da desigualdade, têm se multiplicado os estudos que debruçam-se sobre este cenário, ora ampliando o escopo das investigações do Projeto Rurbano, ora questionando a generalidade de seus resultados através de estudos de caso e estudos comparativos em diferentes regiões do país e do mundo, ora concedendo novos elementos à interpretação deste fenômeno, ora precisando as diversas formas de manifestação da pluriatividade, ora analisando o impacto das políticas de desenvolvimento territorial que derivaram daquele estudo⁶.

O debate crítico que se desdobra durante a primeira década do século XXI é denso de contribuições. Dele sobressaem-se, de um lado, observações sobre a importância das políticas de desenvolvimento territorial no sentido de conceder terreno fértil à prática da pluriatividade (e, portanto, do incremento das rendas de famílias residentes em áreas rurais), contribuir para a descentralização das decisões políticas e econômicas tomadas no âmbito dos municípios e fortalecer as identidades locais e as possibilidades de resistência diante da intensa desigualdade que marca a história do país e do contexto contemporâneo de constante crises econômicas, que marcam a era da “acumulação flexível”. Tais efeitos positivos não devem ser silenciados, e sua gênese remete, ainda, aos efeitos da redemocratização que se inicia na década de 80. Retomamos aqui as palavras de Maria José Baudel Wanderley:

Como parte integrante da sociedade brasileira, o mundo rural beneficia-se diretamente dos efeitos virtuosos do seu desenvolvimento. Dentre eles, merecem especial destaque os que resultam dos processos de descentralização municipal, afirmados e reforçados pela Constituição Federal de 1988, a consolidação dos movimentos sociais resultante da redemocratização do país a partir da segunda metade da década de 1980 e os impactos de diversas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, sob um entoque territorial e para a melhoria das condições de vida da população do campo. De todo eles, uma consequência parece evidente, a que reforça as identidades dos grupos sociais rurais “subalternos”, amplia seu campo de ação coletiva, favorece o seu protagonismo e a capacidade de formular suas demandas. (WANDERLEY, 2009a)

Todavia os evidentes avanços, avolumam-se, por outro lado, as análises críticas que destacam os limites das ações governamentais e do cenário econômico contemporâneo no sentido de transformar as bases sociais da desigualdade e da pobreza

⁶ Importantes contribuições para esse debate vieram de reflexões e investigações levadas a cabo por: Sérgio Schneider (2000; 2006; 2004), Maria José Carneiro (1996, 1998), Flávio Sacco dos Anjos (2001); Arilson Favaretto (2007), dentro tantos outros. Outros autores, embora não tenham pautado suas reflexões na agenda do Projeto Rurbano e das políticas públicas que derivaram dele, concederam importantes reflexões para a compreensão das transformações recentes no campo, como Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1996, 2009 e 2009a); Paulo Alentejano (2000), entre tantos outros. Mais recentemente, a coletânea organizada por Rodrigo Constante Martins (2014) reúne artigos que avançam no debate crítico acerca das contradições que envolvem a coexistência, no cenário contemporâneo, de políticas territoriais e multissetoriais a nível local e de políticas setoriais como base do desenvolvimento econômico nacional.



no campo. Nossa intenção com este artigo é contribuir com esse debate crítico a partir da experiência dos sitiantes da microrregião de Jales. E a realizaremos através de algumas ponderações bastante pontuais, reforçadas pelos dados coletados em campo.

II – Os limites da pluriatividade

a) A pluriatividade não elimina o problema da desigualdade e da subordinação.

Todavia a prática da pluriatividade tenha sido identificada por estudos realizados em diferentes regiões como fator importante na redução da pobreza no campo na primeira década do século XXI tanto no Sudeste, como nas regiões onde os índices de pobreza são mais elevados, como a região Nordeste, tal prática não foi suficiente para reverter o histórico quadro de desigualdade que caracteriza o país. A insuficiência de terras e a baixa produtividade das mesmas continuam sendo apontados, mesmo pelos estudos mais otimistas, como entraves à capitalização de pequenos agricultores (HELFAND, 2012, p. 134). Embora se tenha defendido que as políticas de desenvolvimento territorial não sejam incompatíveis com a ampliação da Reforma Agrária (ANJOS, 2001, p. 74), depois de um período de ampliação das ocupações de terras e das desapropriações para fins de reforma agrária no primeiro mandato do Governo Lula, há uma queda progressiva de ambos, de um máximo de 662 ocupações alcançados no ano de 2004, para um número de 257 no ano de 2013, e de um número máximo de 876 assentamentos criados no ano de 2005, para um número de 136 no ano de 2013 (NERA, 2013). Outros autores apontam, ainda, para contradições nas políticas de desenvolvimento territorial, que priorizam os casos de pequenas propriedades “mais viáveis” e enfatizam a questão da “eficiência econômica”, subvalorizando o papel das economias de subsistência e os valores não-econômicos que os agricultores familiares contribuem para reproduzir, que tem efeitos diretos e indiretos nas estratégias de resistência (ALENTEJANO, 2000).

Nesse sentido, uma primeira informação importante sobre a MR de Jales é que até o final da investigação que realizamos na região (2012) não havia qualquer assentamento de Reforma Agrária lá estabelecido. A região teve ocupação massiva entre as décadas de 40 e 70, quando, depois de griladas por empresas de colonização, as terras são repartidas em pequenas propriedades e comercializadas, a preços relativamente baixos, a descendentes de imigrantes (italianos, espanhóis, japoneses) e migrantes nacionais que abandonavam o trabalho como colonos ou assalariados rurais nas fazendas de café em decadência na região Central do Estado de São Paulo em busca de cumprir o projeto que mobilizara seus ascendentes quando saíram de seus países de origem para as “terras novas” da América do Sul: a conquista da autonomia. Nos sítios das franjas da fronteira agrícola, produziram primeiro cultivos de subsistência (arroz, feijão, milho, banana, abóbora, criação de porcos e galinhas) e comercializaram seus excedentes com o fim de garantir a quitação da compra da propriedade. Progressivamente foram especializando-se nos cultivos comerciais, passando pelos ciclos do algodão, do café e, mais recentemente, dedicando-se sobretudo à produção de frutas “de mesa”, destinadas ao mercado interno



(como a uva, a laranja, entre uma diversidade de frutas, comuns e exóticas). Ademais, mantiveram sempre a criação de gado de leite e de corte.

Embora a compra da propriedade tenha representado, para este grupo, a conquista de uma autonomia relativa, foram recriadas relações de subordinação de diferentes naturezas e intensidades. Aos produtores de leite, lhes é interdita, pela vigilância sanitária, a comercialização direta de seus produtos, restando-lhes, então, a associação com os laticínios da região. Das conversas com sitiantes, registramos relatos repetidos acerca do aumento dos custos de produção, que não foi acompanhado de aumento dos preços pagos pelos laticínios aos produtores, que tem caído a cada ano. Ademais, aqueles sitiantes que logram modernizar-se, o fazem sobretudo através de financiamento concedido pelos próprios laticínios, que, desse modo, se apropriam de outra parte dos rendimentos dos sitiantes na forma de juros e correções monetárias, além de serem obrigados a manter o contrato de fornecimento com a empresa até a quitação do financiamento. Também alguns poucos produtores de laranja e de borracha, mais recentemente, comercializam toda sua produção ou parte dela para as indústrias de transformação, enredando-se nas mesmas teias de subordinação, que envolvem monopolização de preços e altos custos de produção impostos pela matriz produtiva da agricultura convencional, aliados ao baixo nível de modernização da produção.

Outra parte significativa dos sitiantes de Jales seguem produzindo uma diversidade de produtos para o abastecimento interno, entre frutas, legumes, hortaliças, e também gado de corte, escoando sua produção sobretudo através de relações comerciais estabelecidas com atravessadores (particulares ou contratados) que entregam sua produção diretamente a um atacadista, a um supermercado ou a um entreposto. E há dezenas deles que circulam pela região. Embora os sitiantes de Jales tenham buscado escoar seus produtos também por circuitos de comercialização mais curtos e descentralizados (nas feiras livres, através dos vendedores ambulantes de carriolas, nos consórcios informais de comercialização entre sitiantes), a comercialização realizada através dos intermediários tem importância significativa na reprodução econômica dos sítios. Neste circuito, parte importante do excedente produzido é apropriado pela ampla rede de intermediários, e os cálculos reproduzidos pelos sitiantes nas entrevistas que refazem a relação custo/rendimento de seus cultivos, deram conta de revelar a intensidade desse processo de apropriação. Outro caminho através do qual tal processo se realiza é através dos recorrentes “calotes” de que são vítimas sobretudo os produtores de uva da região: safras inteiras são simplesmente usurpadas por intermediários, envolvendo os sitiantes em ciclos de endividamentos que atravessam gerações de famílias.

Com a instalação da Usina Colombo no território da microrregião, alguns dos sitiantes passaram a arrendar sua propriedade para a produção de cana-de-açúcar. Restringem-se, em grande medida, ao caso de sitiantes produtores de leite dos pequenos municípios dos arredores da Usina e a propriedades que tem um número diminuto de moradores, e, quase sempre, em idade avançada. Embora o arrendamento garanta, em alguma medida, a reprodução econômica de algumas das famílias de sitiantes, ampliando o rol de estratégias de diversificação de rendimentos, ou mesmo constituindo-se em rendimento central para famílias que tornam-se tão-somente rentistas, os valores pagos pelos arrendamentos são evidentemente desproporcionais em relação à elevada

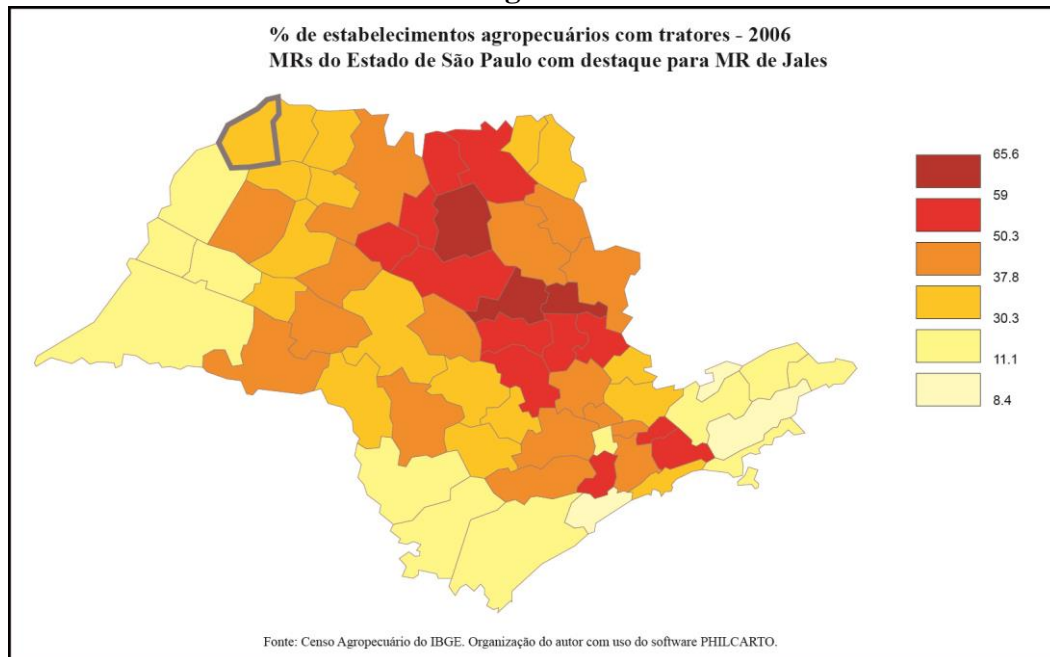


produtividade observada na região. Identificamos ao menos três mecanismos através dos quais a Usina extrai rendimentos significados da produção de cana em propriedades de pequenos agricultores: a) pagamento através de um valor de ATR/Kg (açúcar total recuperável/Kg) fixo, definido em função da média estabelecida a nível estadual, que certamente equivale a valores inferiores à quantidade de cana extraída nos plantios jovens do extremo noroeste paulista; b) a conversão, no momento do pagamento do arrendamento, de cálculos feitos sobre hectares, em alqueires, dando a “impressão” aos sítiantes de maiores ganhos; c) pagamento, em quantidades de toneladas por alqueire, inferior àquele pago em regiões de maior concorrência entre usinas. Na MR, no ano de 2012, pagava-se 45 toneladas por alqueire de terra arrendada, enquanto em outras regiões de maior concorrência no Estado, como no município de Santa Adélia, a mesma usina pagava o equivalente a 60 toneladas por alqueire. Acrescente-se a isso a intensa variação de preços da tonelada de cana-de-açúcar colhida. Desde os primeiros anos de contrato (2009), os sítiantes acompanharam uma variação de preços de entre 27 e 47 reais. Assim, uma propriedade de 10 alqueires remunerada sob a base de 40 toneladas por alqueire recebeu como pagamento quantia que variou entre R\$ 10.800 e R\$ 18.800 na safra, equivalente a uma renda mensal de entre R\$ 900 e R\$ 1.566, variação que sem dúvida compromete as condições de reprodução das famílias pluriativas.

Ademais das relações assimétricas constituídas com as agroindústrias e intermediários, a desigual distribuição do acesso ao progresso técnico compromete a produtividade dos sítios da região, contribuindo para a manutenção de uma reprodução sob bases mínimas. Assim, enquanto viticultores de algumas regiões do país já utilizam em suas videiras o sistema mais avançado de proteção do cultivo, impermeável e em formato de “Y”, que protege as uvas dos efeitos de chuvas, granizo e ataque de pássaros de modo mais eficaz, tantos dos sítiantes de Jales nem mesmo possuem um sistema de proteção ou, quando o possuem, fazem uso do sistema mais arcaico das espaldeiras a céu aberto, cujo custo de instalação é cerca de 40% menor (INSTITUTO AGRONÔMICO, 2011). Também é desigual o acesso, por exemplo, ao maquinário agrícola, a exemplo dos tratores. O mapa abaixo mostra um foco de tecnificação localizado na região que corresponde à região de mais antiga produção de cana-de-açúcar (os municípios marcados em vermelho). Na microrregião de Jales, e nas fronteiras do Estado, onde é significativa a presença de pequenos estabelecimentos agropecuários, como o extremo Sul do Estado, o litoral Norte e extremo Oeste, o número de tratores é significativamente mais baixo.



Figura 1



Assim, se alguns investigadores defendem a integração às cadeias agroindustriais como um dos mecanismos que podem fortalecer as estratégias de reprodução de agricultores familiares ao permitir tanto o incremento das rendas agrícolas (quando os produtos da agricultura familiar são comercializados como insumos às indústrias de transformação) como das rendas não agrícolas (nos casos de arrendamento para produção destinada às agroindústrias), a pesquisa realizada em Jales deu conta de mostrar que tal integração expõe os agricultores a relações de intensa subordinação, responsável pela extração de parte considerável de seus rendimentos, bem como os insere em relações de extrema instabilidade econômica. Ademais da permanência de desiguais condições de acesso aos resultados do progresso técnico que permitiria um aumento da produtividade dos sítios.

- b) A pluriatividade tem expressão distinta, em função, sobretudo, da maior ou menor proximidade/integração aos grandes centros urbanos.

As condições de acesso à prática da pluriatividade dependem dos contextos locais e da característica de seus mercados. Analisando as relações campo-cidade no Brasil, Maria de Nazareth Baudel Wanderley destaca que “a urbanização brasileira gerou uma enorme gama de pequenos municípios pouco urbanizados”, e que “os setores industriais e de serviços permanecem ainda fortemente concentrados nas grandes cidades, apesar do movimento significativo de interiorização” (2009a, p. 62).

Para o caso do Estado de São Paulo, reconhece-se seus altos índices de urbanização: apenas 4% de sua população vivia nos espaços rurais no ano de 2010, segundo dados do Censo Demográfico. Todavia, os efeitos da concentração populacional



são evidentes, reflexo, por sua vez, do processo de concentração industrial. Do total dos municípios paulistas (645), 61% (399) tem um volume de população de até 20.000 habitantes, e 18% (119) tem um volume de população de entre 20.000 e 50.000 habitantes. O primeiro dos mapas (figura 2) a seguir dá conta de evidenciar a concentração populacional do Estado na região metropolitana de São Paulo e seus arredores, que vai diminuindo significativamente a medida que se avança para os pequenos municípios à Oeste ou ao Sul do Estado. No segundo mapa (figura 3), observamos que é justamente nestes pequenos municípios que se encontra parte significativa da população rural do Estado.

Figura 2

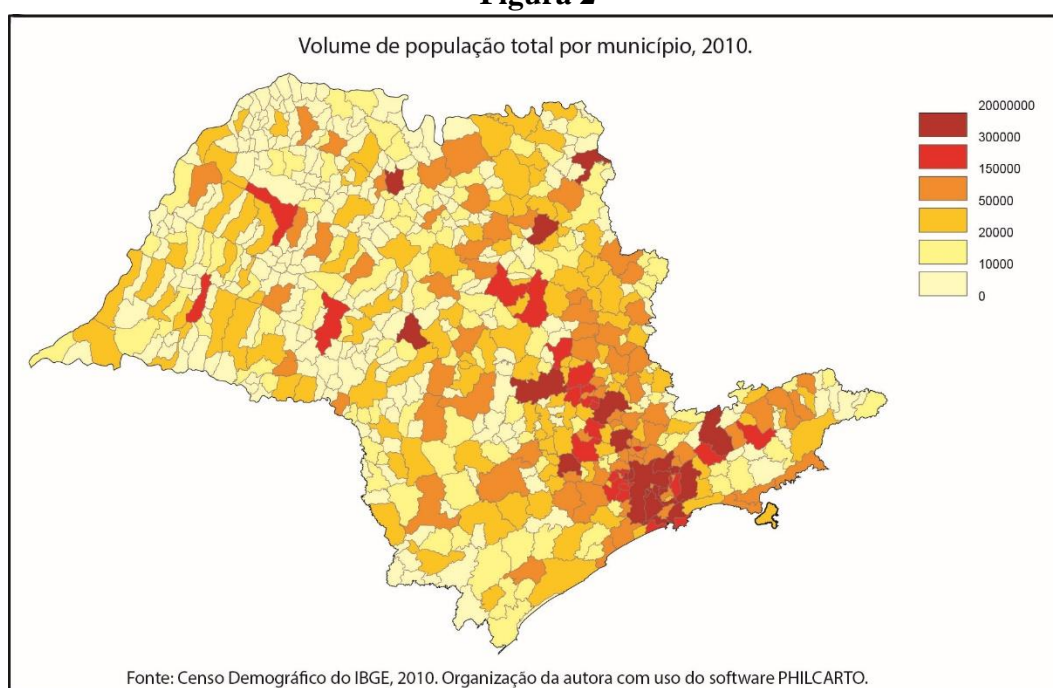
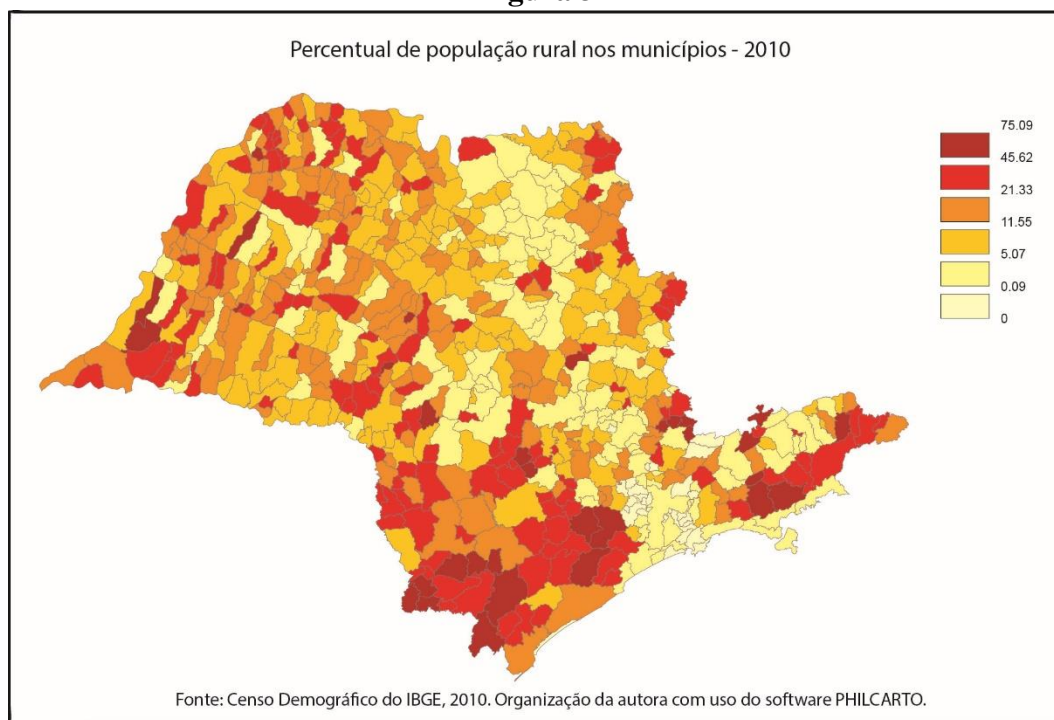


Figura 3

A microrregião de Jales é uma das que apresentam um volume de população rural significativo no Estado: 13% do total da população residente. É índice representativo quando observado em relação aos dados do conjunto do Estado de São Paulo (4%) e também do conjunto do país (15%), segundo dados do Censo Demográfico do IBGE para o ano de 2010. E parte significativa da população economicamente ativa da microrregião está empregada no setor primário: alcançava, no ano 2000, a proporção de 27%, enquanto no Estado de São Paulo e no país representavam, no mesmo ano, a proporção de 5% e 18% respectivamente. Outros estudos realizados na região (NARDOQUE, 2007) mostram que, em anos recentes, em pelo menos 7 municípios o volume de população empregada no setor primário alcançava 50% da população economicamente ativa, sendo que em apenas um deles podemos supor que o maior empregador fosse a Usina sucroalcooleira, e não a pequena agricultura, e falamos do município de Mesópolis, aquele onde houve a maior expansão do cultivo. Em outros 7 municípios o setor empregava entre 40 e 50% da população economicamente ativa (Aspásia, Dirce Reis, Marinópolis, Palmeira D'Oeste, Populina, Santa Rita D'Oeste e Santana da Ponte Pensa), e sugerimos que em apenas um deles o maior empregador fosse a Usina, e não a pequena agricultura, caso do município de Populina, nas proximidades da Usina Colombo. Em apenas dois municípios outro setor da economia empregava mais do que o setor primário: é caso dos municípios de Jales e Santa Fé do Sul, cuja maior parcela da população economicamente ativa (38,9 e 36,3%, respectivamente) estava empregada no setor terciário. O fenômeno é explicado pelo fato de que ambos os municípios servem como pequenos centros comerciais para os municípios dos arredores, onde predomina o setor primário. O setor secundário não tem presença destacada em nenhum dos municípios da



microrregião. Certamente, o volume de população empregada no setor primário em outras regiões do Estado, como o extremo Sul e extremo Oeste, é ainda mais expressivo.

Um episódio que revela a destacada importância do setor primário dinamizado pela atividade dos pequenos agricultores familiares na garantia tanto do desenvolvimento do setor de comércio e serviços quanto das receitas públicas municipais, foi a instituição da lei 3.396, aprovada pela Câmara Municipal de Jales em fevereiro de 2008, que limitava a expansão da monocultura da cana-de-açúcar no município a 10% de sua área agricultável. As justificativas para a implementação da lei perpassavam, por um lado, a defesa de uma “agropecuária focada na exploração familiar, dentro de uma reforma agrária natural”. Por outro, repousavam nos temores das reconhecidas consequências da expansão da monocultura da cana-de-açúcar, quais sejam, os danos ambientais, o “problema” das migrações, o monopólio e a consequente concentração de renda, que, por sua vez, ameaçam a reprodução das economias locais, a questão da segurança alimentar e do abastecimento, e, ainda, o precedente de municípios que criaram leis que esforçaram-se por imitar a expansão da monocultura da cana-de-açúcar, como o caso do município de Rio Verde, no Estado de Goiás.

Através de eventos que desdobraram-se da proposição e criação desta lei, entretanto, evidenciaram-se as contradições e desencontros entre a permanência da defesa de interesses setoriais, garantidos pelo reconhecido poder econômico e político dos grandes proprietários de terras e empresários do agronegócio, e as políticas de desenvolvimento territorial, que buscam empoderar agricultores familiares e outros sujeitos subalternizados nas localidades. O dia da votação foi tensionado pela presença do prefeito de Santa Albertina, o município onde está instalada a Usina Colombo, que clamava aos vereadores o abandono de tal projeto de lei, que “trancaria o desenvolvimento”. Aprovada a lei, nova tensão se ergueu quando funcionários da CATI observaram que a área agricultável ocupada com a produção de cana-de-açúcar para a indústria já havia ultrapassado o limite estabelecido de 10%, e constatou-se, a partir de então, a ausência de instrumentos de fiscalização da aplicação da referida lei. Um terceiro e revelador momento de tensões aconteceu quando, em princípios de 2011, o Secretário da Agricultura de Jales, Afonso Voltan, indeferiu um pedido administrativo de autorização para o plantio de cana-de-açúcar em áreas do município de Jales, solicitado pelo Grupo Noble (que possuía 3 usinas sucroalcooleira instaladas nas proximidades), com base no disposto no corpo da lei. A empresa, então, ingressou, no Tribunal de Justiça de Jales, com um “mandato de segurança” contra o secretário da agricultura. A sentença proferida pelo juiz Eduardo Henrique de Moraes Nogueira, dispôs que “o indeferimento da autoridade impetrada está amparado em legislação municipal em vigor, em obediência ao princípio de legalidade”, que “ao contrário do sustentado pela impetrante, o Município de Jales, enquanto Poder Público, tem competência para legislar sobre proteção ao meio ambiente em seu território”, e que “a Lei Municipal 3.396 não contraria nem afronta dispositivos constitucionais ou estaduais.” E concluiu:

Com efeito, não se pode negar seu predominante assunto de interesse local, em face não só das peculiaridades da agricultura familiar diversificada do Município, que é a base de sua economia, mas também



às implicações sociais da monocultura da cana-de-açúcar, como bem destacou o representante do Ministério Público.

Não pudemos acompanhar o desenrolar da peleja legal, todavia supunha-se naquele momento que o Grupo Noble seguiria com o litígio, ancorado, sobretudo, no resultado do julgamento de ações movidas por usinas sucroalcooleiras contra outras prefeituras que, por meio de leis de mesmo teor, tentaram limitar a expansão da monocultura da cana-de-açúcar em seu território. O texto da sentença do juiz que julgou o caso do município de Rio Verde, que tomamos aqui como exemplo, não deixa dúvidas quanto à clara identificação de um “interesse nacional” na produção de biocombustíveis:

A sentença do juiz, segundo SCHUTZ (2001), inicia seu argumento afirmando reconhecer o interesse do município em assegurar “manutenção dos elevados índices de desenvolvimento que a economia graneleira já instalada na comuna tem proporcionado”. E segue: “Entretanto, por se tratar de assunto de repercussão geopolítica e estratégica mais ampla, mormente com a anunciada falência da matriz energética global baseada nos combustíveis fósseis, e a assunção pelo Brasil de liderança no mercado internacional de biocombustíveis, com destaque para o etanol, conclui-se pela predominância do interesse nacional.” Ademais desse julgamento explicitamente ideológico, o juiz afirma que “a limitação ao direito de propriedade inserida na lei municipal é de competência privativa da União Federal, ex vi do que dispõe o artigo 22, inciso I, da Carta da República.” (MELO, 2012, p. 222)

A partir das considerações aqui erguidas observamos, de um lado, que a distância em relação aos grandes centros urbanos, que concentram parte considerável da indústria, do comércio e dos serviços, impõe um primeiro obstáculo à ampliação da pluriatividade, ao limitar o acesso de grupos localizados de agricultores familiares aos mercados de trabalho urbano. Tantos dos pequenos municípios são, assim, intensamente dependentes dos rendimentos gerados no interior das pequenas propriedades (setor primário), que dinamizam inclusive o setor de comércio e serviços locais. E, então, a expansão recente do agronegócio, à base de diferentes formas de integração vertical e horizontal (PROENÇA, 2012), ameaça não apenas o setor primário sustentado pelos sítios, mas toda a economia local dinamizada a partir dele. Por outro lado, a dependência dos sítiantes da região em relação aos intermediários e as indústrias de transformação para o escoamento de sua produção reproduz diferentes formas de subordinação, através das quais parte importante de seus rendimentos é constantemente apropriada.



c) A pluriatividade não diminui a importância da atividade agrícola.

O acirrado processo de industrialização que avança no Brasil sobretudo a partir da década de 70 e a conseqüente aproximação entre os espaços rurais e urbanos, que passam a estabelecer relações de complementaridade cada vez mais intensa, alimenta repetidos discursos sobre a “morte do rural”, a “urbanização do campo”, ou a “industrialização da agricultura”. O apartado anterior deu conta de mostrar que tal processo não é homogêneo, e que a suposta modernização não alcança todo e qualquer território. Diversos dos pequenos municípios espalhados pelo país continuam intensamente dependentes de uma economia baseada no setor primário sustentado por pequenas propriedades com níveis de tecnificação bastante reduzidos.

O arrolamento das rendas agrícolas e não-agrícolas dos sítiantes de Jales, de outro modo, corroboram para o destaque da importância das rendas agrícolas no improvável território mais “modernizado” do país.

Quadro 1 – Rendas agrícolas e não-agrícolas nas áreas onde predomina a pequena agricultura dinamizada à base da diversificação agrícola.

Propriedades	Rendas agrícolas							Rendas não-agrícolas					
	Fruticultura	Horticultura	Cereais	Árvores madeiras e extrativas	Gado de leite	Gado de corte	Indústria Doméstica	Aposentadoria	Emprego Urbano-Rural	Aluguel urbano	Arrendamento	Comercialização de produtos agropecuários	Artesanato
Akamatsu, Eduardo	X	X	-	-	-	X	X	X	X	-	-	X	X
Alves, Otacílio	X	-	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-	X
Barizon, Candido	X	-	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-	-
Buzo, Ivani	X	-	-	-	-	-	-	X	X	X	-	-	-
Donda, Fernando	X	-	-	X	X	-	X	-	X	-	-	-	-
Machado, Gonçalo	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Machado, Maria	X	X	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-
Morandim, José	X	X	-	-	-	-	-	X	X	X	-	-	-
Nishimoto, Cecília	X	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Preti, Nelson	X	-	-	-	-	-	-	X	-	X	-	-	-
Riga, Paulo e José	X	X	-	X	-	-	-	X	X	-	X	-	-
Ryugo, Nelson	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
Santim, Sebastião	X	-	-	-	-	-	X	X	-	-	X	-	-
Saraiva, Arnaldo	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Saron, José	X	-	-	X	-	-	-	X	X	-	-	-	-

Fonte: informações recolhidas em campo

Na área onde, a despeito da expansão recente da monocultura da cana-de-açúcar, ainda predomina a pequena agricultura dinamizada à base da diversificação produtiva, a fruticultura e a horticultura, eventualmente associadas à criação de gado de leite ou de corte e ao cultivo de árvores madeiras e extrativas representam, segundo repetidos relatos e revisões de orçamentos domésticos, o rendimento de maior peso para a reprodução do grupo familiar. Quanto às rendas não-agrícolas, a mais importante para este grupo é, sem dúvida a aposentadoria. Embora, este rendimento não contribua para a reprodução das atividades agropecuárias, serve à diminuição da pressão sobre as rendas



agrícolas, diminuindo o número de membros da família que sobrevivem exclusivamente dela. Nas últimas décadas, com o aumento do piso salarial⁷, um casal de aposentados consegue se reproduzir, ainda que sobre bases mínimas, com o valor correspondente de R\$ 1.244,00. Entretanto, foram raras as situações em que ambos conseguiram se aposentar. Mulheres, sobretudo, encontram maiores dificuldade para comprovar tempo de trabalho e contribuição na agricultura, já que as notas fiscais de compra e venda dos produtos são emitidas quase sempre em nome dos homens, seus esposos, pais ou irmãos.

Quanto aos casos de famílias onde encontramos membros assalariando-se (7 ocorrências), em alguns casos (3) estão empregados homens casados, chefes de família, em atividades que também se relacionam com as atividades agropecuárias da região: um é engenheiro agrônomo na CATI, outro funcionário de uma Cooperativa de produtores da região; o terceiro trabalha meio período no cultivo de uvas de um outro sitiante das proximidades. Há também casos de 4 mulheres recebendo rendimentos pela realização sistemática de trabalho não-agrícola (agente de saúde, comerciante, estagiária de uma cooperativa de pequenos agricultores e professora municipal). Outras fontes de rendas não-agrícolas têm menor importância nesta área: o aluguel urbano, o arrendamento de porções de pequena propriedade rural, a comercialização de produtos agropecuários e o artesanato.

A comparação com o rol de rendimentos das pequenas propriedades das áreas que estão mais próximas à usina sucroalcooleira (quadro abaixo) autoriza-nos à formulação de algumas hipóteses explicativas. A menor diversificação da produção agropecuária nesta área não é consequência, mas sim a causa da opção pelo arrendamento. A região do entorno da Usina, em função de um histórico de maior concentração relativa da terra, de menor fertilidade, de sua localização, dos “efeitos de vizinhança”, e da excessiva confiança dos sítiantes no rendimento mais frequente da produção de leite (mensal) em comparação com os cultivos de safra, especializou-se na criação de gado leiteiro e de corte. Sendo esta produção mais dependente do vínculo estabelecido com as indústrias de transformação, os laticínios – cuja matriz produtiva impõe custos de produção e de modernização bastante altos aos sítiantes, em detrimento do reconhecido rebaixamento dos preços pagos aos produtores nas últimas décadas – estão os sítiantes da região mais sujeitos a buscar no arrendamento à Usina fonte importante de rendimento para a reprodução do grupo familiar. Está posta, nesta observação a importância da diversificação da produção agropecuária para a manutenção da reprodução dos domicílios rurais da região.

O rendimento advindo do arrendamento parcial ou total da propriedade, que na região afigura como a renda de maior peso no orçamento familiar, é complementado mais frequentemente pela aposentadoria e/ou assalariamento rural ou urbano. Entretanto, é revelador que a prática do arrendamento nem sempre leve os sítiantes a transferir moradia para o núcleo urbano mais próximo: das 10 famílias que arrendaram parcial ou completamente sua propriedade, apenas 4 transferiram sua moradia para a zona urbana. Parte destes sítiantes, desse modo, mantém-se não apenas habitando a zona rural como

⁷ No ano 2000, o salário mínimo equivalia a R\$ 151,00. Em 2012 alcançou os R\$ 622,00, um aumento de 411% em 12 anos.



reproduzindo alguma atividade agropecuária, para a subsistência ou comercialização. Ademais dos elementos objetivos elencados para justificar tal escolha pelo local de moradia da família, foram destacados diversos elementos subjetivos. Retomaremos esta questão no último apartado deste texto.

Quadro 7 – Rendas agrícolas e não-agrícolas nas áreas de expansão da monocultura da cana-de-açúcar

Propriedades	Rendas agrícolas							Rendas não-agrícolas						
	Fruticultura	Horticultura	Cereais	Árvores madeiras e extrativas	Gado de leite	Gado de corte	Indústria Doméstica	Aposentadoria	Emprego Urbano	Aluguel urbano	Arrendamento para a Usina	Arrendamento para outros	Comercialização de produtos agropecuários	Artesanato
Barbieri, João	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-	-	-
Barbon, Wilson	-	-	-	-	X	-	-	X	X	-	X	-	-	-
Bianco, Octávio	-	-	-	-	X	X	-	-	X	-	-	-	-	-
Birolli, Antônio	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-	X	-	-	-
Contro, Octávio	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	X	-	X	-
Donegá, Celso	X	X	-	X	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Fiorilli, Antônio	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-	-
Matos, Armando	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
Paz, João	-	-	-	-	X	X	-	X	-	-	X	-	-	-
Ruza, Pedro	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-	-	-
Sertorio, Silvio	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	-	-	-
Silva, João	-	-	-	X	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-
Tanaka, José	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Tanaka, Leonilda	X	-	-	-	X	X	-	-	X	-	-	-	-	-
Yamada, Coiti	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
Zequine, Otávio	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-	-	-

Fonte: trabalho de campo

Os quadros apresentados corroboram, por um lado, com a afirmação de que o fenômeno do plurirrendimento está presente em parte significativa das propriedades também na microrregião de Jales. Todavia, a diversificação da *atividade agropecuária* é a maior responsável pela reprodução social das famílias que habitam as zonas rurais da região. E parte considerável dos rendimentos não-agrícolas provém de atividades secundárias que contribuem para a manutenção do setor primário (como a administração de cooperativas de produção e o serviço público de assistência às pequenas propriedades e). Por outro lado, é também o vínculo com o modo de vida rural e a atividade agropecuária que mantém inclusive os sítiantes rentistas vivendo e produzindo no campo.

- d) A relativa reversão da tendência à diminuição da população rural é explicada, também, pela permanência e retorno de jovens para os sítios e para a atividade agropecuária.

Como já enunciado, os resultados do Projeto Rurbano e de diversas investigações que seguiram sua agenda de pesquisa explicam a reversão do êxodo rural-urbano, ou as



possibilidades de manutenção de um volume significativo de população rural em determinadas localidades, em função da transferência de uma parcela da população que antes vivia nas zonas urbanas para as zonas rurais. Alguns fogem dos efeitos das aglomerações urbanas e estabelecem nas zonas rurais sua moradia principal ou uma segunda moradia; outros buscam aluguéis ou propriedades mais baratas nas zonas rurais; e ainda outros vão em busca de emprego em indústrias de transformação que passam a se instalar em áreas rurais. Por outro lado, é também generalizada a constatação de que os jovens, mesmo habitantes de zonas rurais, mais frequentemente têm almejado os empregos urbanos, tanto em função de limites inerentes aos mecanismos de transmissão da herança (derivados da regra da primogenitura) como em função da atração pelo modo de vida urbano e pela suposição de que o assalariamento urbano proporciona maiores rendimentos.

Uma primeira informação que questiona a generalidade de tal assertiva é a constatação de que, sobremaneira na área onde predomina a pequena propriedade baseada na diversificação produtiva, é relativamente baixa a faixa etária daqueles que são responsáveis pela produção: parte significativa está entre 35 e 60 anos. Esta é também a área onde a média de moradores é relativamente alta, girando em torno 5,46, tomando-se o grupo das 15 famílias entrevistadas. Quando observamos os mesmos dados para a região de expansão da cana-de-açúcar, temos confirmada o importante papel da permanência de jovens para o sucesso das estratégias de reprodução dos sítiantes da região: naquela zona há mais idosos acima de 60 anos e uma média de moradores por sítio bastante inferior (2,87).

Jovens permanecem e jovens retornam ao campo. Ainda que este fenômeno não seja generalizado, nos parece expressivo que ocorra num momento em que o movimento predominante seja o de migração de jovens para as áreas urbanas em busca de trabalho e/ou moradia. Sobretudo naquela área onde a pequena produção baseada principalmente na atividade agropecuária se mantém, reconhecemos diversas histórias de jovens (descendentes de 4ª geração dos imigrantes que ocuparam a região), na faixa dos 19 e 25 anos, que se mantiveram ou retornaram ao campo depois de uma experiência mais ou menos longa de vida e trabalho na zona urbana, mais ou menos distante da microrregião de Jales. Apontaremos brevemente o perfil e a trajetória de alguns destes jovens:

- Jovens que se mantiveram no campo: 1) Carlinhos Morandim, 26 anos à época, assumiu a parreira de uva depois que seu pai decidiu empregar-se como funcionário da administração de uma cooperativa de produtores da região. Antes disso, contribuía com o trabalho no sítio da família (de propriedade de seu avô) e fazia trabalhos eventuais em sítios de vizinhos. 2) Vanessa Donegá, 17 anos, optou por manter-se no sítio e dedicar-se à atividade agrícola junto a seu esposo, também bastante jovem, enquanto seu irmão preferiu o emprego na Usina Colombo. O caso de Vanessa é ilustrativo, ainda, do papel que as mulheres passam a ocupar em contextos onde o mercado de trabalho assalariado restringe o acesso a elas. Outros casos de mulheres que tornaram-se responsáveis ou co-responsáveis pelo trabalho nos sítios, enquanto homens da família empregaram-se na Usina, foram registrados.



- Jovens que retornaram ao campo: 1) Armando Alves, de 24 anos, depois de concluído o curso superior de Química, retornou ao sítio do pai, no município de Santa Albertina, para montar uma parreira de uva. 2) Roberto Saraiva, formado em Ciências da Computação, depois de passar dois anos procurando emprego na cidade de São Paulo, não o tendo encontrado se muda para a Irlanda, onde primeiro trabalha como ajudante de limpeza, depois como vendedor de jóias num pequeno comércio, e por fim, decide voltar ao sítio da família no município de Jales, onde passa a residir com sua família nuclear e investir na produção de laranja irrigada em parceria com o pai e o tio. 3) O primo de Rosemari Buzo, formado em Matemática, depois de um tempo relativamente longo vivendo na cidade e insatisfeito com o salário como professor, retorna ao sítio da família para tocar sua parreira de uva no município de Urânia. Outros casos de sitiantes que retornaram ao campo depois de uma temporada de desemprego ou sub-emprego nas zonas urbanas foram relatados.

Estes casos revelam os limites do mercado de trabalho urbano em absorver a mão-de-obra que migra massivamente do campo para a cidade, no caso daqueles jovens que vivem uma situação bastante prolongada de desemprego, ou as condições de precariedade e transitoriedade dos empregos disponíveis a alguns destes jovens. No primeiro caso, estaríamos em presença do fenômeno da *massa marginal*, no sentido apontado por José Nun, enquanto uma população sobrando, afuncional ou disfuncional com relação ao mercado de trabalho e ao processo de acumulação capitalista (NUN, 1969). No segundo caso, poderíamos pensar nos termos de um *exército industrial de reserva*, representando “o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população” (MARX, 1979, p. 712-827). Embora tais categorias mereçam uma discussão e justificativa mais qualificadas, neste momento limitamo-nos a apontar que o aumento do desemprego a partir dos anos 90, sob a égide da acumulação flexível, ao combinar situações de desemprego de longa duração com empregos em situações de precarização e instabilidade, nos mostra que parte da população sobrando simplesmente deixa de assumir qualquer função no processo de acumulação capitalista. Casos de retorno de jovens pertencentes a famílias de pequenos agricultores para o campo e as atividades agropecuárias têm sido relatados também no contexto europeu, dada a generalização dos efeitos das crises cíclicas do capital a partir da década de 90, como a precarização das condições de trabalho nas cidades (BERNARDINO; ROCHA, 2014).

- e) Para a permanência da população no campo, concorrem não apenas elementos objetivos, como a organização da produção e dos rendimentos (e o aumento da pluriatividade), mas também importantes elementos subjetivos e do universo da cultura.

Os acirrados debates sobre os elementos que garantem a permanência de pequenos agricultores nas zonas rurais quase sempre limitam-se a considerar elementos de um cálculo racional, que leva em consideração uma ponderação de ganhos e perdas quase sempre de ordem econômica e material. A investigação qualitativa que realizamos com os sitiantes da microrregião de Jales, entretanto, desvelaram o importante papel da experiência e da subjetividade na configuração de uma “trama social e espacial



predominantemente rural” nos pequenos municípios do extremo noroeste paulista. E trataremos aqui tão somente de elucidar alguns dos elementos percebidos.

Por um lado, é preciso considerar que embora os sitiantes sejam intensamente dependentes da produção destinada ao mercado, seus “modos de fazer” são determinados e fortalecidos por outras relações e escolhas por meio das quais os sitiantes constituem estratégias de uma *resistência possível*, algumas mais eficazes que outras. A comunidade surge como uma *proteção*. As relações de confiança e as redes de relações constituídas entre sitiantes, e entre esses e alguns mercadores, busca apartar os agentes que lhes oferecem maiores riscos, e algumas vezes suavizam os processos de extração de rendimentos. A abstenção ao uso de financiamento público ou privado também possibilita uma situação de relativa autonomia. A lógica que guia as escolhas produtivas é sustentada e fortalecida também por uma diversidade de fatores e conhecimentos que escapam, e algumas das vezes negam, a lógica mercantil. Para resistir como sitiante é necessário não apenas conhecer a dinâmica do mercado, dos preços dos produtos agrícolas e seus insumos (que influem nos custos e rendimentos da produção), mas também as peculiaridades regionais: o clima, o solo, o regime das águas, e a adaptação dos cultivos a esse arranjo particular de elementos naturais. Tais saberes são garantidos pela transmissão/construção de conhecimentos através das gerações. Mas não apenas estes aspectos *objetivos* (o mercado, as redes, os conhecimentos) constroem as escolhas produtivas, mas também aspectos propriamente *subjetivos*, como a ideologia do trabalho, o “gosto”, o “costume”, a “vocação”, a “lembrança”, e o desejo de preservar certa margem de lazer.

Por outro lado, evidenciamos o papel da cultura e das relações de identidade na afirmação do modo de vida sitiante na MRG de Jales. Pudemos registrar diversas expressões de um “sentimento de ruralidade” que, ademais do fenômeno da migração campo-cidade e do fortalecimento do fenômeno urbano, pôde resistir em função do fortalecimento de instituições que serviram à reprodução de relações endógenas, como as associações de bairro, a associação nipo-jalesense, os matrimônios entre filhos de sitiantes e o fortalecimento dos blocos familiares. A despeito das diferenças percebidas no interior deste grupo, composto por famílias de diferentes características étnicas e culturais, observamos o delineamento de uma “identidade regional”, de homens e mulheres caipiras ou jecas paulistas, e mesmo de uma “identidade nacional”, reclamada pelos descendentes de diferentes grupos étnicos que, todavia, nasceram e se reproduziram nestas terras.

Apontamos, ainda, a relação de identidade construída pelas famílias com o “modo de vida rural” e seus signos, os sofrimentos vivenciados por aqueles forçados a migrar para as cidades em função do arrendamento para a produção de cana-de-açúcar, e a relação de ambiguidade (dependência e antagonismo) construída com o mundo urbano.

Por fim, as formas de lazer, construídas no espaço rural e ao redor da preparação dos alimentos, e a natureza das festividades que se mantém na região desde o período da ocupação, reforçam a identidade camponesa e também a identidade particular de alguns grupos étnicos, delineando um “espírito” da região, caracterizada, assim, por uma “trama social e espacial predominantemente rural”. As características culturais e os sentimentos expressos em relação ao mundo rural certamente contribuíram para a persistência da pequena agricultura nesta porção do Estado de São Paulo, e não devem ser negligenciados



na explicação daquilo que mantém determinados grupos de pequenos agricultores vivendo e produzindo no campo.

Considerações finais.

A reflexão levada a cabo neste artigo buscou, através da análise das estratégias de reprodução dos sítiantes da microrregião de Jales-SP, aproximar-se do debate contemporâneo sobre as potencialidades das políticas públicas territoriais destinadas a promover o desenvolvimento de regiões de marcada presença de agricultores familiares no território nacional. Os resultados de tal investigação evidenciaram, sobretudo que: I) Tais políticas não foram suficientes para superar o quadro de desigualdade, subordinação e pauperização observados mesmo nas zonas rurais localizadas na região geográfica mais modernizada do país, o Estado de São Paulo. II) Apesar dos esforços das políticas territoriais em promover o desenvolvimento local através dos princípios da sustentabilidade e da integração entre diferentes setores de produção econômica, as estruturas de poder que organizam os territórios continuam marcadas, em última instância, pelo privilegiamento dos interesses econômicos do agronegócio. III) Os efeitos da desconcentração industrial e econômica são tão somente relativos, e então parte significativa dos pequenos agricultores que vivem nas numerosas pequenas cidades do interior do país (e, no caso em questão, do interior do Estado de São Paulo), continuam mais intensamente dependentes dos rendimentos gerados pelo setor primário, mobilizado por pequenos estabelecimentos familiares ou pelo agronegócio, do que pela diversificação de rendimentos entre atividades agrícolas e não-agrícolas. IV) Elementos do universo da cultura e da experiência, tantas vezes negligenciados, têm papel importante na explicação dos contextos onde um volume considerável de população permanece vivendo e produzindo no campo, sobretudo no interior de pequenos municípios

Bibliografia

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. "O que há de novo no rural brasileiro?" *Revista Terra Livre* 15 (2000): 87-112.
- ANJOS, Flávio Sacco dos. "Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas." *Revista Estudos Sociedade e Agricultura* 17 (2001): 54-80.
- BERNARDINO, Vigílio Manuel Pereira e Márcio Mendes ROCHA. "Desdobramentos da crise econômica portuguesa de 2010: desemprego proca o retorno dos jovens aos campos do Rio Lis e às feiras de Leiras." *Revista Percurso* v. 6, n.1 (2014): 127-146.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade (cap. 7)." *Estudos Cebrap* (1971): 140-185.
- CARNEIRO, Maria José. "Pluriatividade no campo: o caso francês." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 32 (1996).
- _____. "Ruralidade: novas identidades em construção." *Estudos Sociedade e Agricultura* 11 (outubro 1998): 53-75.



- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ENDLICH, Angela Maria. “Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades?” *Revista REDES* 12 (2007): 5-35.
- ESCHER, Fabiano, et al. “Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006.” *RESR* 52 (2014): 643-668.
- FAVARETO, Arilson. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial*. São Paulo: IGLU, 2007.
- GRAMMONT, Hubert C. “La nueva ruralidad en América Latina.” *Revista Mexicana de Sociología* 66 (2004).
- GRAMMONT, Hubert Carlton. “La desagrarización del campo mexicano.” *Convergência Revista de Ciências Sociais* n. 50 (2009): 13-55.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1999.
- HELFAND, Steven M. e Vanessa da Fonseca PEREIRA. “Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil.” BUANAIN, Antonio Marcio (et. all.). *A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas*. Brasília: IICA, 2012.
- INSTITUTO AGRÔNOMICO DE SP. “Estudo do IAC sobre cultivo protegido de uva aumenta produtividade em 100%.” *PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO* 27 de 07 de 2011: Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=215586&c=551&q=Estudo+do+IAC+sobre+cultivo+protegido+de+uva+aumenta+produtividade+em+100>. Acessado em: 23/03/2012.
- MARTINS, Rodrigo Constante (Org.). *Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas*. São Carlos: EDUFSCar, 2014.
- MARX, Karl. “A lei geral da acumulação capitalista.” MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política. Livro 1, Volume II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 712-827.
- MELO, Beatriz Medeiros de. *História e memória na contração da expansão canavieira: um estudo das formas de resistência dos sitiante do extremo noroeste paulista*. Tese (doutorado em Sociologia). São Carlos: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, 2012.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. *Análise da Conjuntura dos Biocombustíveis*. Brasília: Empresa de Pesquisa Energética, 2013.
- MORAES SILVA, Maria Aparecida de, Beatriz Medeiros de MELO e Lara Abrão de MORAES. “Mulheres caipiras. Dois olhares sobre o mundo rural paulista.” *Revista Caravelle* 99 (2012): 77-105.
- MULLER, Nice Lecop. “Sítios e sitiante no Estado de Sao Paulo.” *Boletim* 132. *Universidade de Sao Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* (1951).
- NARDOQUE, Sedeval. “Renda da terra e produção do espaço urbano.” *Tese (Doutorado em Geografia)*. Presidente Prudente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA, 2007. 445.
- NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. *Relatório Brasil 2013*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2013.
- NUN, Jose. “Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal.” *Revista Latinoamericana de Sociología* n.2 (1969): 178-236.



- PERONDI, Miguel Angelo e Sergio SCHNEIDER. "Diversificação agrícola e não agrícola da agricultura familiar." SCHNEIDER, SERGIO e Marcio (Org.) GAZOLLA. *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 205-220.
- PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e impérios alimentares: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PROENÇA, Ércio Roberto. *Concentração, integração horizontal e vertical das usinas canavieiras*. Tese (Doutorado em Agronomia). Ilha Solteira, SP: Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2012.
- QUEIROZ, Maria Isauda Pereira de Queiroz. *Bairros rurais paulistas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973a.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- SCHNEIDER, Sérgio. "A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas." *Revista Sociologias* (2004).
- _____. *A diversidade de agricultura familiar*. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2006.
- _____. "Actividades rurales no agrícolas y transformaciones del espacio rural: perspectivas recientes." *Cuadernos de Desarrollo Rural* 1. n. 34 (2000): 11-40.
- SCHUTZ, Hebert Mendes de Araújo. "A expansão da atividade sucroalcooleira: uma abordagem da declaração de inconstitucionalidade da Lei n. 5.200-2006 do município de Rio Verde em detrimento de um meio ambiente hídrico e sustentável." *Ambito Jurídico* 93 (2001).
- SCOTT, James C. "Formas cotidianas de resistência camponesa." *Revista Raízes* 21.01 (2002).
- _____. *Moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in southeast asia*. New Haven and London: Yale University Press, 1976.
- SILVA, José Graziano da. "Velhos e novos mitos do rural brasileiro." *Estudos Avançados* 15.43 (2001).
- SILVA, José Graziano da, et al. "O rural paulista muito além do agrícola ou do agrário." *São Paulo em Perspectiva* 10(2) (1996): 60-72.
- SILVA, José Graziano da, Mauro del GROSSI e Clayton CAMPANHOLA. "O que há de realmente novo no rural brasileiro." *Cadernos de Ciência & Tecnologia* jan./abr. de 2002: 37-67.
- SOUZA, Davisson C. C. "A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal." *Cadernos CEMARX* n. 2 (2005).
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade." *Revista Estudos Sociedade e Agricultura* 17 (2009a): 60-85.
- _____. *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009.